

## ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

### RECURSO :

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS SR/PF/AL.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2022

SANTA FÉ CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.949.783/0001-70, com sede na Praça Salgueiro, nº 39, Iputinga, Recife/PE, CEP 50670-200, neste ato representada por seu sócio ISAURA JULIANA FREITAS LOBO VIANNA, brasileira, casada, empresária e engenheira eletrônica, inscrito no CPF sob nº 021.784.914-80, licitante classificado para o item 1 em 4º lugar, para o item 2 em 2º lugar e para o item 3 em 1º lugar, na fase de lances para o Pregão Eletrônico em epígrafe, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, dentro do prazo estabelecido no Edital e Ata do Pregão, apresentar recurso:

#### DA TEMPESTIVIDADE

Prevê o instrumento convocatório, no item 11.2:

“11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.” Grifo nosso

Neste sentido atendido os prazos mencionados no item 11.2, apresentamos nossas razões de modo tempestivo, tal prazo expirará no dia 23/03/2022.

#### DAS PRELIMINARES

Inicialmente, informamos que a empresa STA FÉ ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – EPP, logrou-se vencedora da fase de lances e teve sua proposta aceita/habilitada para o item 3, e após análise da proposta e documentação, não houve nenhum interesse das outras licitantes em interpor recurso, visto que a empresa cumpriu fielmente a todos os requisitos exigidos nos instrumentos convocatórios.

Diferentemente da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, que teve suas propostas e documentos aceitos/habilitados para os itens 1 e 2 do mesmo pregão, mas descumpriu itens do Edital de Termo de Referência, assim como exigências legais. Os argumentos e fatos demonstraremos em seguida.

Inconformadas com a decisão do pregoeiro, a empresa STA FÉ ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, impetrou intenção de recurso ao certame, buscando direito a reanálise por parte do Pregoeiro, sobre a proposta de preços apresentada pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, visto que foi possível identificar erros graves em sua Planilha de Formação de Preços e Custos, mesmo sendo apresentada em formato PDF, o que dificultou a análise das fórmulas inseridas nos cálculos da proposta.

Então vejamos quais inconsistências houve nas Planilhas de Formação de Preços e Custo da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS.

A referida empresa apresentou itens que ferem exigências editalícias e leis vigentes no país, conforme demonstraremos em nossos fatos e razões a seguir.

#### DOS FATOS E DAS RAZÕES

É fato que a retro mencionada licitação foi dividida em 3 itens, pertencentes ao mesmo grupo 1. Sendo o item 1 referente ao posto de Copeira, o item 2 referente ao posto de Lavador de Veículos e o item 3 referente ao posto de Mecânico de Veículos.

Por esta razão elaboramos nossa peça recursal para ser utilizada para os itens 1 e 2 do certame em questão, considerando que os 02 (dois) itens pertencem ao Grupo 1 da Licitação, e o recurso encontrasse endereçada a mesma empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, nos 02 itens.

Continuando sobre os fatos, quando do término da fase de lances, a empresa PRONTO SERVIÇO GERAIS, ficou classificada em 1º lugar para os itens 1 e 2, assim como para o item 3 restou classificada em 1º lugar a empresa STA FÉ ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.

O pregoeiro, acertadamente e muito prudente, optou por avaliar item por item, em sua ordem do 1º ao 3º. E solicitou a empresa PRONTO SERVIÇO GERAIS, que apresentasse sua proposta e planilhas ajustada ao último valor ofertado na fase de lances para o item 1.

A empresa enviou no sistema do COMPRASNET, conforme solicitado pelo pregoeiro. Embora os documentos enviados tenham sido feito em formato PDF, o que dificultou para as outras licitantes analisar os cálculos constantes na proposta ajustada. O que facilitaria se tivesse sido solicitado pelo Pregoeiro, que a empresa apresentasse em formato XLS, ou seja, EXCEL, dando assim mais transparência as informações, fórmulas e cálculos constantes na Planilha de Formação de Preços e Custos da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS.

De qualquer maneira, mesmo com a dificuldade enfrentada e relatada acima, foi possível constatar nas planilhas da empresa PRONTO SERVIÇO GERAIS, o seguinte:

Para o ITEM 1 – Copeira:

- No Sub-módulo 3 – Provisão para Rescisão, o seguinte:

1 – Na alínea “A” – Aviso Prévio Indenizado, foi utilizado o percentual de 0,42% para efeito de cálculo, o que resultou no valor de R\$ 6,79.

Embora, de acordo com o Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88 e TCU em seu Acórdão 1904/2007 – Plenário temos a seguinte memória de cálculo para o Aviso Prévio Indenizado:  $[(1/12) \times 0,0555 \times 100] = 0,46\%$ .

Quando aplicado o percentual correto de 0,46% sobre o total da remuneração do posto de trabalho, encontramos o valor de R\$ 7,43. Estes portanto sendo um valor superior ao apresentado pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS.

Neste sentido, o valor proposto pela empresa PRONTO SERVIÇO GERAIS, não será capaz de suportar o valor necessário para pagamento do Aviso Prévio Indenizado, o que compromete a contratação. Sem falar que mesmo se tratando de valor pequeno, mas este valor sofre incidências ao logo na planilha de formação de preços e custos, impactando diretamente no valor total do posto de trabalho.

2 - Para a alínea "B" – Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado, foi utilizado o percentual de 0,03% para efeito de cálculo, o que resultou o valor de R\$ 0,48.

Embora, sabe-se que a fórmula aplicada a esta alínea seja:  $8\% \text{ (FGTS)} \times 0,46\% \text{ (Percentual da alínea "A")} = 0,04\%$ .

Quando aplicado o percentual correto de 0,04% sobre o total da remuneração do posto de trabalho, encontramos o valor de R\$ 0,65. Este portanto sendo um valor superior ao apresentado pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS. Sem falar que mesmo se tratando de valor pequeno, mas este valor sofre incidências ao logo na planilha de formação de preços e custos, impactando diretamente no valor total do posto de trabalho.

Como houve equívoco no preenchimento correto do percentual da alínea "A", consequentemente o equívoco continuou na alínea "B". E neste sentido, o valor proposto pela empresa PRONTO SERVIÇO GERAIS, não será capaz de suportar o valor necessário para pagamento da Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado, o que compromete a contratação.

3 - Para a alínea "C" – Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado, foi utilizado o percentual de 2,00% para efeito de cálculo, o que resultou o valor de R\$ 32,32.

Embora, de acordo com o Art. 18, §1º da Lei 8.036/90, a memória de cálculo correta seria:  $((0,08 \times 0,4 \times 0,9) \times (1+0,0833+0,1111)) \times 100 = 3,44\%$ .

Nota 02 – Segundo manual do COMPRASNET 10% dos empregados pede demissão, razão pela qual a provisão recair sobre os 90% (0,9) que recebem.

Nota 03 – A Contribuição Social de 10%, que foi retirada em janeiro de 2020, não consta da memória de cálculo.

Nota 04 – Base = 1 Remuneração + 0,833 do 13º + 0,1111 de Férias + Adicional.

Então a alínea "C" deveria conter o percentual de 3,44% o qual é aplicado ao valor total da remuneração do posto de trabalho. E não o percentual de 2,00% aplicado ao valor total da remuneração do posto de trabalho. E portanto o valor correto deveria ser R\$ 55,59 e não R\$ 32,32 conforme consta na proposta da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS.

Neste sentido, o valor proposto pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, não será capaz de suportar o valor necessário para pagamento da Multa do FGTS em caso de Aviso Prévio Indenizado, o que compromete a contratação. Sem falar que, mesmo se tratando de valor pequeno, mas este valor sofre incidências ao logo na planilha de formação de preços e custos, impactando diretamente no valor total do posto de trabalho.

4 - Para a alínea "E" – Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado, foi utilizado o percentual de 0,69% para efeito de cálculo, o que resultou no valor R\$ 11,15.

Embora segundo o Acórdão 1.186/2017 – TCU/Plenário a memória de cálculo para esta alínea seja:  $(\text{O percentual total do Submódulo 2.2} = 35,30\%) \times (1,94\%, \text{ percentual da alínea "D"}) = 0,71\%$

Então a alínea "E" deveria conter o percentual de 0,71% aplicado ao valor total da remuneração do posto de trabalho e não 0,69%. Não restando nenhum embasamento legal para este percentual.

E portanto, o valor proposto pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, não será capaz de suportar o valor necessário para pagamento da Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado, o que também compromete a contratação. Sem falar que mesmo se tratando de valor pequeno, mas este valor sofre incidências ao logo na planilha de formação de preços e custos, impactando diretamente no valor total do posto de trabalho.

5 - Para a alínea "F" – Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado, foi utilizado o percentual de 2,00% para efeito de cálculo, o que resultou, igualmente a alínea "C" o valor de R\$ 32,32.

Embora, o cálculo para compor esta alínea de se dê da seguinte forma: F – Multa do FGTS sobre APT – 0,78%. Cálculo:  $(0,4 \times 0,0194) \times 100 = 0,78\%$

Então a alínea "F" deveria conter o percentual de 0,78%, já sendo retirado a contribuição social de 10% da fórmula. E consequentemente, o valor proposto pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, não será capaz de suportar o valor necessário para pagamento da Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado, comprometendo mais uma vez a contratação.

Concluindo a análise deste Módulo 3, vimos que o percentual total do módulo, apresentado pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, foi 7,08% quando na verdade deveria ser 7,38%. Portanto, equivocadamente menor ao percentual correto a ser suportado pela contratação.

Provavelmente a empresa se utilizou deste recurso de reduzir os percentuais, pois caso não o fizesse, correria o risco de zerar o valor de custo indiretos e lucro da planilha. Percebemos portanto um prática perigosa para contratação.

• No Módulo 4 – Custos de Reposição do Profissional Ausente, também encontramos percentuais em descompasso com a legislação, vejamos:

6 - Para a alínea "A" do Sub-módulo 4.1 – Substituto na Cobertura de Férias, foi utilizado o percentual de 0,93% que resultou no valor de R\$ 31,39.

Contudo, de acordo com as de acordo com a Anexo VII-D da IN 07/2018, que faz alterações na IN 05/2022, o percentual correto seria 5,82% sobre o somatório do Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3, ou seja, a memória de cálculo seria:  $(\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3})/30/12 \times 20,9589$ , ou 5,82% multiplicado pelo total da remuneração do posto de trabalho.

Desta forma, resultaria no valor de R\$ 188,02 e não apenas R\$ 31,39 como apresentado na proposta da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS.

7 - Para a alínea "B" do Submódulo 4.1 – Substituto na cobertura de Ausência Legais, foi apresentado pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, o percentual de 0,42%, que resultou no valor R\$ 14,18.

Mas, de acordo com o Anexo VII-D da IN 07/2018, que faz alterações na IN 05/2022, o percentual correto seria 0,28% ou 1 dia. Então o valor correto seria R\$ 8,97 e não R\$ 14,18. Embora este valor esteja superior ao aceitável, também deve ser corrigido de modo que a Administração Pública não pague valores a maior ao devido legalmente.

8 - Para a alínea "C" do Submódulo 4.1 – Substituto na cobertura de Licença Paternidade, foi apresentado pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, o percentual de 0,02%, que resultou no valor de R\$ 0,68.

Mas de acordo com o Anexo VII-D da IN 07/2018, que faz alterações na IN 05/2022, o percentual correto seria 0,06% ou 0,1997 dia.

Então, o valor correto seria R\$ 1,79 e não 0,68. Pois a memória de cálculo para este item é:  $(\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3})/30/12 \times 0,1997 \text{ dia}$ .

Desta forma, o valor correto seria R\$ 1,79 e não apenas R\$ 0,68, como apresentado na proposta da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS. Valor esse que não segue nenhum embasamento legal. Sem falar que, mesmo se tratando de valor pequeno, mas este valor sofre incidências ao logo na planilha de formação de preços e custos, impactando diretamente no valor total do posto de trabalho.

9 - Para a alínea "D" do Submódulo 4.1 - Substituto na cobertura de Ausências por acidente de trabalho, foi apresentado pela

empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, o percentual de 0,22%, que resultou no valor de R\$ 7,43. Mas de acordo com o Anexo VII-D da IN 07/2018, que faz alterações na IN 05/2022, o percentual correto seria 0,27% ou 0,9659 dia.

Então, o valor correto seria R\$ 8,66 e não 7,43. Pois a memória de cálculo para este item é:  $= (\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3}) / 30 \times 0,9659 \text{ dia}$ .

Desta forma, o valor correto seria R\$ 8,66 e não apenas R\$ 7,43, como apresentado na proposta da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS. Valor esse, que não segue nenhum embasamento legal, nem é capaz de suportar a contratação desejada pelo órgão. Pois caso haja ausência do profissional por acidente de trabalho, os valores orçados não cobriram o envio de outro profissional para cobrir o colaborador acidentado.

10 – Para a alínea “E” do Submódulo 4.1 – Afastamento Maternidade, a empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, apresentou o percentual zerado, o que por se só já demonstra ferir Cláusulas Editalícias, ou seja, o item 8.4.4.1.1 do Edital que diz:

“8.4.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos,...” Grifo nosso.

“8.4.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.” Grifo nosso.

Como foi possível constatar, a proposta para o Item 1, apresentada pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, apresenta vícios e erros insanáveis, que após correção, impactarão diretamente no valor global do item ofertado na fase de lances, majorando o valor global do item acima do permitido e aceitável para a licitação.

Para o ITEM 2 – Lavador de Veículos, da mesma Licitação, temos:

- No Submodulo 3: Provisão para Rescisão, conforme relataremos abaixo:

11 – Para a alínea “A” – Aviso Prévio Indenizado, foi utilizado o percentual de 0,42% para efeito de cálculo, o que resultou no valor de R\$ 7,05.

Embora, de acordo com o Art. 487, § 1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88 e TCU em seu Acórdão 1904/2007 – Plenário temos a seguinte memória de cálculo para o Aviso Prévio Indenizado:  $[(1/12) \times 0,0555 \times 100] = 0,46\%$

Quando aplicado o percentual correto de 0,46% sobre o total da remuneração do posto de trabalho, encontramos o valor de R\$ 7,72. Estes portanto sendo um valor superior ao apresentado pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS

Neste sentido, o valor proposto pela empresa PRONTO SERVIÇO GERAIS, não será capaz de suportar o valor necessário para pagamento do Aviso Prévio Indenizado, o que compromete a contratação.

12 – Para a alínea “B” – Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado, foi utilizado o percentual de 0,03% para efeito de cálculo, o que resultou o valor de R\$ 0,50.

Embora, sabe-se que a fórmula aplicada a esta alínea seja:  $8\% (\text{FGTS}) \times 0,46\% (\text{Percentual da alínea A}) = 0,04\%$ .

Quando aplicado o percentual correto de 0,04% sobre o total da remuneração do posto de trabalho, encontramos o valor de R\$ 0,67. Este, portanto, sendo um valor superior ao apresentado pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS.

Como houve equívoco no preenchimento correto do percentual da alínea “A”, consequentemente o equívoco continuou na alínea “B”. E neste sentido, o valor proposto pela empresa PRONTO SERVIÇO GERAIS, não será capaz de suportar o valor necessário para pagamento da Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado, o que compromete a contratação. Mesmo se tratando de valor pequeno, mas é importante esclarecer que estes valores sofrem incidências ao longo da planilha de formação de preços e custos, impactando diretamente nos custos indiretos e lucro, o que pode acabar zerando estes.

13 – Para a alínea “C” – Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado, foi utilizado o percentual de 2,00% para efeito de cálculo, o que resultou o valor de R\$ 33,55.

Embora, de acordo com o Art. 18, §1º da Lei 8.036/90, a memória de cálculo correta seria:  $((0,08 \times 0,4 \times 0,9) \times (1 + 0,0833 + 0,1111)) \times 100 = 3,44\%$ .

Nota 02 – Segundo manual do COMPRASNET 10% dos empregados pede demissão, razão pela qual a provisão recair sobre os 90% (0,9) que recebem.

Nota 03 – A Contribuição Social de 10%, que foi retirada em janeiro de 2020, não consta da memória de cálculo.

Nota 04 – Base = 1 Remuneração + 0,833 do 13º + 0,1111 de Férias + Adicional.

Então a alínea “C” deveria conter o percentual de 3,44% o qual é aplicado ao valor total da remuneração do posto de trabalho, e não o percentual de 2,00% aplicado ao valor total da remuneração do posto de trabalho. E, portanto o valor correto deveria ser R\$ 57,71 e não R\$ 33,55, conforme consta na proposta da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS

Neste sentido, o valor proposto pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, não será capaz de suportar o valor necessário para pagamento da Multa do FGTS em caso de Aviso Prévio Indenizado, o que compromete mais uma vez a contratação.

14 – Para a alínea “E” – Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado, foi utilizado o percentual de 0,69% para efeito de cálculo, o que resultou no valor R\$ 11,58.

Embora, segundo o Acórdão 1.186/2017 – TCU/Plenário, a memória de cálculo para esta alínea seja (O percentual total do Submódulo 2.2 = 35,30%)  $\times (1,94\%, \text{percentual da alínea D}) = 0,71\%$

Então a alínea “E”, deveria conter o percentual de 0,71% aplicado ao valor total da remuneração do posto de trabalho e não 0,69%. Não restando nenhum embasamento legal para o percentual usado na proposta da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS. O valor correto para este item deveria ser R\$ 11,91.

E portanto, o valor proposto pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, não será capaz de suportar o valor necessário para pagamento da Incidência dos encargos do Submodulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado, o que também compromete a contratação.

15 – Para a alínea “F” – Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado, foi utilizado o percentual de 2,00% para efeito de cálculo, o que resultou, igualmente a alínea C o valor de R\$ 33,55.

Embora, o cálculo para compor esta alínea de se dê da seguinte forma: F – Multa do FGTS sobre APT – 0,78%. Cálculo:  $(0,4 \times 0,0194) \times 100 = 0,78\%$

Então a alínea “F” deveria conter o percentual de 0,78%, já sendo retirado a contribuição social de 10% da fórmula. E, consequentemente, o valor proposto pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, não será capaz de suportar o valor necessário para pagamento da Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado, comprometendo mais uma vez a contratação.

Concluindo a análise deste Módulo 3, vimos que o percentual total do módulo, apresentado pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, foi 7,08% quando na verdade deveria ser 7,37%. Portanto, equivocadamente menor ao percentual correto a ser suportado pela contratação.

• No Módulo 4 – Custos de Reposição do Profissional Ausente, também encontramos percentuais em descompasso com a legislação, vejamos:

16 – Para a alínea “A” do Sub-módulo 4.1 – Substituto na Cobertura de Férias, foi utilizado o percentual de 0,93% que resultou no valor de R\$ 32,39.

Contudo, de acordo com o Anexo VII-D da IN 07/2018, que faz alterações na IN 05/2022, o percentual correto seria 5,82% sobre o somatório do Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3, ou, a memória de cálculo =  $(\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3})/30/12 \times 20,9589$

Desta forma, resultaria no valor de R\$ 188,02 e não apenas R\$ 32,39, como foi apresentado na proposta da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS.

17 – Para a alínea “B” do Sub-módulo 4.1 – Substituto na cobertura de Ausência Legais, foi apresentado pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, o percentual de 0,02%, que resultou no valor R\$ 0,70.

Mas, de acordo com o Anexo VII-D da IN 07/2018, que faz alterações na IN 05/2022, o percentual correto seria 0,28% ou 1 dia. Então o valor correto seria R\$ 8,97 e não R\$ 0,70. Neste caso, o percentual aplicado foi flagrantemente irrisório, ferindo de morte as Cláusulas Editalícias 8.4.4.1.1 e 8.4.4.1.2, igualmente já citado anteriormente.

18 - Para a alínea “C” do Submódulo 4.1 – Substituto na cobertura de Licença Paternidade, foi apresentado pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, o percentual de 0,02%, que resultou no valor de R\$ 0,70, igualmente ao mencionado o item 17 deste recurso.

Mas de acordo com o Anexo VII-D da IN 07/2018, que faz alterações na IN 05/2022, o percentual correto seria 0,06% ou 0,1997 dia.

Então, o valor correto seria R\$ 1,79 e não 0,70. Pois a memória de cálculo para este item é:  $= (\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3})/30/12 \times 0,1997$  dia.

Desta forma, o valor correto seria R\$ 1,79 e não apenas R\$ 0,70, como apresentado na proposta da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS. Valor esse que não segue nenhum embasamento legal e repete o erro no item anterior.

19 - Para a alínea “D” do Sub-módulo 4.1 - Substituto na Cobertura de Ausências por Acidente de Trabalho, foi apresentado pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, o percentual de 0,02%, que resultou no valor de R\$ 0,70.

Mas de acordo com o Anexo VII-D da IN 07/2018, que faz alterações na IN 05/2022, o percentual correto seria 0,27% ou 0,9659 dia.

Então, o valor correto seria R\$ 8,66 e não 7.43. Pois a memória de cálculo para este item é:  $(\text{Módulo 1} + \text{Módulo 2} + \text{Módulo 3})/30/12 \times 0,9659$  dia.

Desta forma, o valor correto seria R\$ 8.66 e não apenas R\$ 0,70, como apresentado na proposta da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS. Valor esse que não segue nenhum embasamento legal, nem é capaz de suportar a contratação desejada pelo órgão. Seguindo igualmente o erro de cálculo nos itens 17 e 18 deste recurso.

Importante destacar neste item, que não basta argumentar que este tipo de posto de trabalho está exposto a baixo risco de acidente de trabalho. Pois, pela legislação vigente no País, também se considera acidente de trabalho, todo aquele ocorrido no percurso da casa para o trabalho e do trabalho para casa, feito pelo colaborador.

Então caso, ocorra um acidente deste tipo, com o colaborador vinculado ao posto de trabalho, como será possível arcar com o custo do substituto, se os valores apresentados em planilha de formação de preço e custos, não suportam tão situação?

20 – Para a alínea “E” do Submódulo 4.1 – Afastamento Maternidade, a empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, apresentou o percentual zerado, o que por se só já demonstra ferir Cláusulas Editalícias, ou seja, o item 8.4.4.1.1 do Edital que diz:

“8.4.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.” Grifo nosso.

21 – Sobre os percentuais apresentados para Custos Indiretos e Lucro pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, verificamos que foram percentuais flagrantemente irrisórios, ou seja, para Custos Indiretos foi apresentado o percentual de 0,26% e para Lucro o mesmo percentual.

Considerando os diversos itens apontados neste recurso, carentes de correção, onde, ao corrigi-los, irá impactar diretamente no valor global do item, podendo apenas a empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, diminuir os percentuais de Custos Indireto e Lucro para tentar não deixar que sua proposta extrapole (majorando) o último valor ofertado na fase de lances.

E neste ponto, não conseguirá manter o preço proposto, pois os percentuais de custo indiretos e lucro tenderão ainda mais ao zero. Ferindo mais uma vez os itens do edital 8.4.4.1.1 e 8.4.4.1.2.

Além deste dois itens, temos também os itens 8.7 e 8.8 do Edital que diz:

“8.7 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.” Grifo nosso

“8.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.”

Por esta razão, como foi exaustivamente apresentado, nos fatos e razões deste recurso, foi possível constatar que a proposta do Item 2 – Lavador de Veículos, apresentada pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, apresenta vícios e erros insanáveis, que após correção, impactarão diretamente no valor global do item ofertado na fase de lances, majorando o valor acima do permitido e aceitável para a licitação.

Neste sentido, vimos requerer que os Itens 1 e 2 desta licitação sejam retroagidos para desclassificar a proposta apresentada pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS e dar continuidade com a convocação das próximas empresas classificadas.

Entendemos que no caso em questão, percebe-se que o ato de retroagir a fase de aceitação/habilitação para os Itens 1 e 2, em nada prejudicaria a competitividade, razoabilidade, eficiência na condução do processo licitatório, nem muito menos na isonomia de tratamento dos licitantes. E ainda assim, traria a vantajosidade da contratação por preço mais justo e capaz de honrar com os compromissos assumidos na contratação, desde que este preço além de vantajoso para administração, seja capaz de cumprir com todas as obrigações legais impostas a contratada.

Portanto, após vasto lastro argumentativo, bem como, de embasamento legal e fundamentação jurídica, percebe-se que se faz necessária a aceitação por parte do Pregoeiro da solicitação da empresa em desprezar a proposta apresentada, desclassificando a empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, que apresentou de forma errônea custos inexequíveis e oportunizar aos demais licitantes remanescentes demonstrar suas propostas corretas, em busca do menor e mais justo preço para contratação. Considerando, portanto, todos os princípios que norteiam as decisões dos servidores públicos perante atos administrativos.

• Sobre as JUSTIFICATIVAS APRESENTADA EM DILIGÊNCIA:

Por fim, mas não menos importante, trataremos das justificativas apresentadas pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, a qual apresentou o seguinte:

“Somos a atual prestadora dos serviços licitados, com os percentuais de custos indiretos e lucro bem abaixo também, quanto aos insumos diversos temos em estoque visto que prestamos serviços para outros órgãos. No que se refere ao aspirador de pó não teremos custo de aquisição com mesmo visto que temos no contrato atual, sendo o custo só com manutenção. Segue anexo contratos e aditivos.

Outro fato relevante é que ganhamos o item 1 e ganhando o item 2 não teremos alguns custos a exemplo: demissão, exames, equipamentos e outros, nos permitindo apresentar um valor competitivo.” Grifos nosso.

Primeiramente, a empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, demonstra ferir o princípio da impessoalidade, quando traz como argumento o fato de ser a atual prestadora de serviço para os postos pleiteados na licitação. Tentando assim, induzir ao duto Pregoeiro em aceitar a proposta da empresa, somente pelo fato de a mesma, ser a atual detentora do contrato. Este fato não altera em nada, o processo licitatório, não podendo ser levado em consideração como argumento para aceitabilidade da exequibilidade da proposta.

Em segundo lugar, a empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, menciona que os percentuais de custos indiretos e lucro do contrato atual são bem abaixo dos que consta nesta licitação, embora esqueceu de apresentar as Planilhas de Formação de Preços e Custos do contrato atual, enviado apenas cópia do Contrato e do 1º e 2º Termos de Aditivos (prorrogações), o que não comprova os percentuais menores, apenas demonstra o vínculo com a tomadora de serviço. Devendo, portanto, caso seja verdade, apresentar a Planilha de Formação de Preços e Custos da atual contratação, de modo a tornar público tais informações. Prezando assim pelo princípio da publicidade dos fatos e atos da administração pública.

Em terceiro lugar, quando empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, tenta se explicar sobre o custo tão baixo do item aspirador de pó, a mesma alega que não terá o custo de aquisição do equipamento, pois já existe no contrato atual. Mais uma vez, um argumento frágil, que não pode ser aceito, pois tratasse de equipamento usado.

E como é possível verificar através da vigência do contrato atual, bastante usado, ou seja, mais de 02 anos. Pois o contrato teve início em 20/09/2019 e foi prorrogado pelo 2º Termo Aditivo até 20/09/2022, onde já estamos em Março/2022, então, mais precisamente 02 anos e 06 meses de uso.

Este fato, também fere o princípio da competitividade com as outras empresas participantes, que ao elaborarem suas propostas, previram aquisição de equipamento novo. Restando portanto um questionamento importantíssimo. Caso, outra empresa lograsse vencedora do certame, o órgão contratante aceitaria, receber um aspirador de pó usado, advindo de outro contrato com outro órgão?

Este fato, afeta a isonomia entre as licitantes, que ao proporem seus preços ficaram prejudicados, pois se todos soubesse que poderia considerar um aspirador de pó usado, certamente diminuiriam os valores em suas propostas.

E por fim, sobre a questão do argumento: de não ter que arcar com custos de “demissão, exames, equipamentos e outros”, enxergamos com desconfiança, pois independentemente do custo de demissão ou não, há o custo dos exames periódicos. Pois a legislação atual menciona não só a necessidade dos exames admissionais e demissionais, mas também os periódicos que devem ser realizados anualmente a depender do tipo de posto de trabalho.

Os exames periódicos estão previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto Lei nº 5.452, no Art. 168 e é regulamentada pela Norma Regulamentadora 07 (NR-7), que trata do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Separamos o que o regulamento diz sobre os exames periódicos. Vejamos a seguir:

“Art. 168 - Será obrigatório exame médico, por conta do empregador, nas condições estabelecidas neste artigo e nas instruções complementares a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho: (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

I - a admissão; (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

II - na demissão; (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

III - periodicamente. (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 1º - O Ministério do Trabalho baixará instruções relativas aos casos em que serão exigíveis exames: (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

a) por ocasião da demissão; (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

b) complementares. (Incluído pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 2º - Outros exames complementares poderão ser exigidos, a critério médico, para apuração da capacidade ou aptidão física e mental do empregado para a função que deva exercer. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 3º - O Ministério do Trabalho estabelecerá, de acordo com o risco da atividade e o tempo de exposição, a periodicidade dos exames médicos. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 4º - O empregador manterá, no estabelecimento, o material necessário à prestação de primeiros socorros médicos, de acordo com o risco da atividade. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 5º - O resultado dos exames médicos, inclusive o exame complementar, será comunicado ao trabalhador, observados os preceitos da ética médica. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989)

§ 6º Serão exigidos exames toxicológicos, previamente à admissão e por ocasião do desligamento, quando se tratar de motorista profissional, assegurados o direito à contraprova em caso de resultado positivo e a confidencialidade dos resultados dos respectivos exames. (Incluído pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)” Grifo nosso

§ 7º Para os fins do disposto no § 6º, será obrigatório exame toxicológico com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, específico para substâncias psicoativas que causem dependência ou, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção, podendo ser utilizado para essa finalidade o exame toxicológico previsto na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias. (Incluído pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

Assim como a NR-07 que diz:

“7.4.3.2. no exame médico periódico, de acordo com os intervalos mínimos de tempo abaixo discriminados:

a) para trabalhadores expostos a riscos ou a situações de trabalho que impliquem o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional, ou, ainda, para aqueles que sejam portadores de doenças crônicas, os exames deverão ser repetidos:

a.1) a cada ano ou a intervalos menores, a critério do médico encarregado, ou se notificado pelo médico agente da inspeção do trabalho, ou, ainda, como resultado de negociação coletiva de trabalho; ...” Grifo nosso.

Como é possível observar, há legislação vigente que orienta e exige este tipo de exames médicos ocupacionais periódicos. Além de que, estamos tratando de postos de trabalho que receberão o adicional de periculosidade. Conforme mencionado no item 5.1.3 do Termo de Referência que diz:

“5.1.3. Deverá ser considerado que o prédio sede da Polícia Federal em Alagoas está em área de risco, conforme Laudo Ambiental, sendo necessário conceder ao trabalhador adicional de periculosidade, equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o salário base;”

Neste sentido, é importantíssimo o acompanhamento do colaboradores, quando ao exames de saúde ocupacional periódicas. Além, de serem exigidos por legislação específica. Afinal de consta, atividade que está exposta a risco de periculosidade, inclusive sofre impacto quando a período encurtado para critério de aposentadoria.

Quanto à questão demissional dos colaboradores, como está previsto no contrato vigente anteriormente, não deve realmente ser considerado, pois caso outra empresa assuma o novo contrato, a empresa antiga terá obrigações legais a cumprir. E já deve haver previsão para tanto no contrato atual.

Quanto ao argumento de não aquisição de equipamentos novos, mais uma vez, deixa-nos perplexos pela aceitação deste argumento, ou seja, o órgão aceitará que empresa continue com os equipamentos velhos e usados? O intuito da licitação não seria, renovação destes equipamentos? Caso não fosse, porque motivo o órgão se preocuparia em fazer constar na licitação itens de equipamentos, para serem fornecidos?

Diante das alegações impetradas neste recurso, percebesse a necessidade de esclarecimentos reais e aceitáveis para as

propostas apresentada pela empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, nos dois itens onde a mesma foi declarada vencedora. Neste sentido, rogamos pelo uso dos princípios da impessoalidade, legalidade, ampla participação, competitividade, eficiência, busca pelo menor preço, exercendo apenas a prerrogativa administrativa de sanar erros ou falhas antes da contratação.

## DOS PEDIDOS

Como já ficou evidenciado, os diversos erros apontados na proposta da empresa PRONTO SERVIÇO GERAIS, bem como o vasto embasamento legal, citações de trechos do Edital e Termo de Referência, restando pela não aceitação da proposta apresentada. Bem como a revolta pela aceitação da mesma, ferindo de morte diversos princípios administrativos.

Portanto, requeremos que seja retroagido o processo licitatório a fase de aceitação/habilitação, sendo desclassificada a proposta da empresa PRONTO SERVIÇOS GERAIS, e oportunizando à outras empresas licitantes classificados, continuarem apresentando melhores e mais justos preços para prestação do serviço. Preços estes, capazes de arcar completamente com os custos, sem abrir mão de serviços e equipamentos de boa qualidade.

Por fim, caso vosso entendimento ainda seja diverso dos vastos argumentos apresentados, requeremos que seja submetido a instância superior para apreciação do referido recurso e decisão sobre o caso.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Recife/PE, 21 de março de 2022.

STA FÉ ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – EPP  
CNPJ/MF 11.949.783/0001-70  
ISAURA JULIANA FREITAS LOBO VIANNA  
SÓCIA-DIRETORA-ADMINISTRADORA

**Voltar**   **Fechar**